

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

## Editorial

### Tudo por tudo!

É já no Domingo, dia 22 de Janeiro, que o País pode entrar na História, ao eleger, à primeira volta, o primeiro Presidente não-socialista da nova República!

Todos nós temos a obrigação de ajudar a fazer essa História.

Penso que nenhum de nós quer regressar à confusão da segunda volta, com toda a esquerda a unir-se, compulsivamente, para derrotar Cavaco. Chegou o pesadelo de 1986 e as suas consequências soaristas que ainda hoje pagamos...

Façamos um favor, pequenino, a Alegre, Louça ou Jerónimo, não os obriguemos a votar Soares!

Evitemos os embaraços da esquerda, os enjoos dos elefantes ou dos sapos que teriam de engolir, os defeitos de visão que adviriam de ter que votar com os olhos fechados ou tapando o boletim de voto...

Também penso que nenhum de nós quer manter o socialismo na cadeira de Belém. Cabe-nos demonstrar que o cargo de Presidente da República não é só para o PS. Que Cavaco o pode desempenhar bem melhor que Soares ou Sampaio.

E não há sequer comparação possível. Com Cavaco não teremos a sua agenda pessoal a interferir no país, mas apenas a agenda de Portugal. Com Cavaco não se fecharão os olhos às asneiras dos Governos, apenas pela sua cor partidária, ou se demitirão outros apenas pelas mesmas razões. Com Cavaco teremos isenção e sentido de missão em prol de Portugal. Apenas isso, mas tanto isso. E chega, pois já é mais do que tivemos nestes últimos vinte anos (Ufa!) de presidências socialistas.

Não se espere que Cavaco vingue o PSD, o apoie mais do que a Governos do PS, interfira no Governo ou na Oposição por interesses partidários ou pessoais. Isso não é Cavaco. Quem quer que o futuro Presidente faça isso, quer a continuação do mesmo que temos hoje.

O que precisamos é que o futuro Presidente esteja acima dos partidos e dos interesses pessoais, uma os portugueses e nos ajude a ganhar confiança e capacidade para progredir, utilizando todas as capacidades do seu cargo e principalmente da sua eleição por sufrágio directo e universal, maioritário e unipessoal, a única assim constitucionalmente consagrada.

No próximo Domingo vamos dar tudo por tudo e fazer História!

Vamos ajudar a eleger Cavaco "à primeira"!



## CAVACO SILVA GANHAR À PRIMEIRA

Marques Mendes  
em Pombal  
com Cavaco Silva

## Último dia no Funchal: «Líderes do PSD e CDS são “muito bem vindos” à campanha»



Cavaco Silva garantiu no último dia da sua visita ao Funchal, que os líderes do PSD e CDS, os dois partidos que apoiam a sua candidatura a Presidente da República, “são muito bem vindos” à campanha eleitoral.

“Não há nenhuma alteração de estratégia, eu continuarei a ser o único porta-voz da minha candidatura”, mas Marques Mendes participou num mega-jantar-comício em Pombal, na segunda-feira, e Ribeiro e Castro estará numa acção de campanha com Cavaco Silva em Ponte de Lima.

“Se [os líderes do PSD e do CDS-PP] puderem comparecer a alguma iniciativa da minha campanha, tanto um como outro, são muito bem vindos”, afirmou Cavaco Silva.

Saliendo ser um candidato supra-partidário, porque a sua decisão “foi pessoal e não determinada por qualquer directório partidário”, o candidato adiantou que “isso não impede que muitos militantes e simpatizantes do PSD e CDS

apareçam nas iniciativas de campanha”.

Na Madeira, Cavaco Silva teve o apoio de vários dirigentes regionais do PSD/M e do CDS/M.

Além de Alberto João Jardim, líder regional do PSD, que o recebeu logo na sexta-feira no Funchal, estiveram hoje presentes vários secretários regionais e o líder do CDS madeirense, José Manuel Rodrigues.

Os deputados sociais-democratas Guilherme Silva e Correia de Campos, o presidente da Assembleia Legislativa Regional, Miguel Mendonça também

### Em Rio de Mouro

Cavaco Silva contou, no arranque oficial da campanha presidencial, com o apoio do “pesos pesados” do PSD e do CDS, como Manuela Ferreira

Leite, Maria José Nogueira Pinto e Azevedo Soares.

O ex-ministro das Obras Públicas do último Governo de Cavaco Silva, Ferreira do Amaral, o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, o vice-presidente do CDS Anacoreta Correia e a ex-ministra dos Negócios Estrangeiros Teresa Gouveia foram outras das figuras que decidiram aparecer na primeira iniciativa de Cavaco Silva no arranque para a campanha oficial.

Luís Filipe Menezes, presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, foi outro social-democrata que se deslocou ao pavilhão da escola secundária de Rio de Mouro, no concelho de Silva.

Entre as figuras do PSD e do CDS-PP presentes, encontram-se ainda o líder da distrital de Lisboa do PSD António Preto, a ex-vereadora da Câmara de Lisboa Helena Lopes da Costa, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros João de Deus Pinheiro,

o presidente da Câmara de Sintra, Fernando Seara, o ex-ministro das Finanças Braga de Macedo e ainda David Justino, antigo ministro da Educação.

À semelhança do que aconteceu em algumas iniciativas da pré-campanha, o antigo Presidente da República Ramalho Eanes, que lidera a comissão de honra da candidatura de Cavaco Silva, está igualmente presente na primeira acção de campanha oficial do ex-Primeiro-Ministro. À margem da esfera partidária, Cavaco Silva contou ainda com o apoio do apresentador de televisão Jorge Gabriel, da actriz Eunice Muñoz, o locutor de rádio António Sala e do encenador Filipe La Féria.

Nas bancadas do pavilhão da escola secundária de Rio de Mouro, os jovens encarregam-se da animação do almoço, com rufos de tambor e entoando cânticos como “Cavaco é diferente, Portugal mais à frente”.

A melodia do hino da Juventude



No arranque da campanha, o mandatário nacional, o neurocirurgião João Lobo Antunes, alertou também para os perigos do excesso de confiança.

“A luta vai ser brava. Os outros que se preocupem com as sondagens, continuemos nós a pensar em Portugal”, disse.

## Em Torres Vedras

“Farei ouvir a minha voz se notar, se tiver indicações, de que o Estado é usado por alguns ao serviço de clientelas. Nesse caso digo-lhes: não ficarei calado”, afirmou Cavaco Silva no jantar-comício em Torres Vedras.

A iniciativa que encerrou o primeiro dia oficial de campanha, reuniu cerca de mil apoiantes da Candidatura, entre eles o ex-Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, e culminou um dia de intensa actividade com passagens entusiásticas por Sintra e Cascais.

Cavaco Silva recordou a necessidade de combater a abstenção, falou da confiança que leva os empresários a investir e prometeu “fazer mais para os ajudar a reconquistar a confiança perdida nos últimos anos”.

Lembrou que, se for eleito, será um agente de desenvolvimento. “Sem desenvolvimento não há emprego, não há possibilidade de combater as bolsas de pobreza, não conseguimos garantir aos mais idosos o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado no passado”, referiu.

Cavaco Silva insistiu na ideia da credibilização da classe política. Para que isso seja conseguido, disse o

Leonina foi também aproveitado pelos apoiantes que, ainda antes de Cavaco Silva falar, cantavam: “Uma curva belíssima, um presidente fantástico”.

Cavaco Silva dramatizou a escolha do próximo chefe de Estado, sublinhando que estas eleições condicionarão o futuro do país “nos próximos 10,15 ou mais anos”.

“É uma escolha muito diferente daquela que teve lugar em outras eleições presidenciais”, sublinhou Cavaco Silva, num almoço com apoiantes em Rio de Mouro, que marcou o arranque da campanha oficial para as eleições presidenciais de 22 de Janeiro.

O candidato sublinhou que “nunca umas eleições presidenciais em Portugal foram disputadas numa situação de tão grande dificuldade para o país”.

“As próximas eleições são muito importantes não apenas para os próximos cinco anos, mas para os próximos dez, quinze ou mais anos”, afirmou, renovando o seu apelo contra a abstenção.

Depois de as últimas sondagens lhe atribuírem um resultado de 60 por cento das intenções de voto - o que garantiria uma vitória à primeira volta - Cavaco Silva fez questão de frisar que “a decisão só tem lugar no próximo dia 22”.

“Até lá há muito trabalho, muita mobilização a fazer, muitos indecisos a ajudar a decidir”, alertou.

Num discurso de balanço, um dos mais longos desde o início da volta pelo país, a 2 de Janeiro, Cavaco dirigiu-se a públicos que têm estado ausentes das suas intervenções, como os funcionários públicos - “é preciso afirmar claramente a dignificação da função pública” -, os reformados, os desempregados e aqueles que moram

nas periferias das grandes cidades.

“Serei uma voz em relação a todos aqueles que não têm voz na sociedade portuguesa”, prometeu.

O candidato a Belém definiu ainda o papel que defende para o Estado.

“Quero um Estado ao serviço do bem comum, ao serviço de todos e não das clientelas partidárias ou de corporações privilegiadas”, afirmou, reiterando que, se for eleito, vai procurar difundir uma cultura “de mérito e exigência” em relação à classe política e administradores públicos.

**«Um Presidente não tem poderes para fazer tudo,**

**mas tem poderes para estragar quase tudo» - Medina Carreira**

Antes, o mandatário distrital por Lisboa, o fiscalista Medina Carreira, alinhou no mesmo tom de discurso, sublinhando que Portugal “atravessa a crise mais generalizada, mais profunda e mais demorada dos últimos trinta anos”.

“Nenhum Presidente da República pode assegurar a mudança, mas um Presidente mal escolhido pode impedi-la. Um Presidente não tem poderes para fazer tudo, mas tem poderes para estragar quase tudo”, avisou.





Candidato, “os governantes têm que ser mais exigentes nas suas escolhas”.

Prometendo trabalhar para a estabilidade política que, no seu entender, é outra das condições para conduzir Portugal ao caminho do desenvolvimento, Cavaco Silva afirmou: “Os Governos são escolhidos por quatro anos e devem ter possibilidade de cumprir a legislatura”.

\*

“O melhor que encontrei até agora foi o contacto com os portugueses”, afirmou Cavaco Silva em Rio de Mouro, num almoço que reuniu cerca de dois mil apoiantes e marcou o arranque oficial da campanha para as eleições presidenciais do próximo dia 22 de Janeiro.

Cavaco Silva reafirmou que Portugal precisa de um Presidente honesto, rigoroso e intransigente em relação ao “clientelismo” e à

corrupção. Um Presidente que valorize o mérito na escolha daqueles que representam os portugueses na Administração Pública.

“Quero um Estado ao serviço do bem comum, ao serviço de todos e não das clientelas partidárias ou de corporações privilegiadas”, disse.

Perante uma plateia onde a juventude era significativa e ruidosa, Cavaco Silva voltou a dizer querer vir a ser o “Presidente do sim num País que quer afirmativo”.

Sublinhou, por isso, a necessidade de afirmar claramente a dignificação da função pública e lembrou todos aqueles que têm sido esquecidos: as crianças pobres, os idosos que padecem cada vez mais, os desempregados, e os que vivem sem condições nas periferias das grandes cidades.

Para resolver os problemas de todos é necessário “voltar a trazer a grandeza a Portugal”, disse, sublinhando: “Serei uma voz em

relação a todos aqueles que não têm voz na sociedade portuguesa”.

## No Porto: entusiasmo das ruas e grande comício no Coliseu

Cavaco Silva considerou “esmagador” o apoio que encontrou ao descer a rua de Santa Catarina, na baixa do Porto, onde foi acompanhado por milhares de pessoas.

“É verdadeiramente esmagador. O Porto é demais”, afirmou Cavaco Silva, numa paragem no café Majestic.

A descida começou na Praça de

Batalha, onde o candidato teve muitas dificuldades para sair do carro e a mulher, Maria Cavaco Silva, nem sequer se atreveu a sair, tal era a pressão da multidão que aguardava o antigo Primeiro-Ministro.

“Isto é muito bonito, não merece que ninguém vá parar ao hospital”, comentava um membro da comitiva de Cavaco.

Foi nos 200 metros até ao Majestic que a confusão foi maior, com milhares de pessoas a encher a praça e a querer chegar próximo do candidato, para o saudar pessoalmente.

“Não vale a pena iludir-nos, os portugueses estão na rua”, sublinhou Cavaco Silva, aos jornalistas que acompanham a sua candidatura, dizendo «não se recordar de ver uma tão grande enchente no Porto».

Questionado sobre se conta com o Norte para lhe dar a vitória nas presidenciais de dia 22, Cavaco Silva sublinhou que “as eleições ganham-se em todo o país”.





“Não quero deixar ninguém de fora deste pelotão”, disse.

Na baixa do Porto, o candidato saltou - sem ser a pedido -, atirou panfletos e distribuiu beijos, muitos beijos.

“Quero dar um beijinho, caramba, ao menos um beijinho!”, pedia uma apoiante, enquanto outra lutava por lhe tocar.

“Não saio daqui sem lhe tocar!”, garantia.

Antes da chegada do candidato, foram distribuídos exemplares da revista “Homem Magazine” de Setembro, onde Cavaco Silva deu a sua primeira entrevista como candidato a Belém.

Na descida da rua de Santa Catarina estiveram também o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, o ex-ministro Silva Peneda. No final, Cavaco Silva subiu a um ponto mais alto, onde o esperava a mulher, com uma rosa e, apesar de haver um microfone e altifalantes preparados, não discursou como estava previsto, dizendo: «São emoções demasiado fortes, não tenho palavras, estou muito comovido...» disse aos jornalistas, antes de entrar para o carro, rumo ao almoço em Gaia.

Talvez até já não tenha ouvido o agradecimento de uma apoiante entusiasmada: Senhor Professor, muito obrigada pelo sacrifício que anda a fazer por nós!”.

O Coliseu do Porto, com capacidade para três mil pessoas estava superlotado e Cavaco Silva aproveitou a onda de entusiasmo pela

sua candidatura para, entre aplausos, afirmar: “A minha candidatura trouxe o povo simples, o povo a que me orgulho de pertencer para a rua”.

“Quem até agora mobilizou tanta gente?” Perguntou Cavaco Silva e, entusiasticamente aplaudido, no primeiro grande comício desta “volta” pelo Norte do País, acrescentou:

“Esta campanha já demonstrou de forma inequívoca qual o candidato que melhor pode mobilizar os portugueses”.

“A gente do Norte quis dizer que não se resigna. As gentes do Norte acham que esta é a altura de tomar conta do futuro de Portugal. Estou certo de que se vieram até aqui vão continuar com o trabalho até ao dia 22. E é o país que vos agradece”, disse Cavaco Silva.

E, apontando como exemplo a mobilização dos apoiantes da sua candidatura, Cavaco Silva afirmou: “As gentes do Porto deram uma lição notável, extraordinária àqueles candidatos que fizeram desta campanha uma campanha de ataques, mentiras e de injúrias”.

«Esta cidade e a sua gente receberam o candidato da vitória, mas para esta vitória, que já se presente, temos que nos bater até ao último dia, com a convicção de que a verdadeira cultura começa na cortesia para com os outros, no respeito pela diferença e na argumentação racional e limpa», afirmou o Mandatário Nacional, o neurocirurgião João Lobo Antunes no comício do Coliseu do Porto.

Muito aplaudido e, constante interrompido pelas palavras de ordem e apelos à vitória na primeira volta, João Lobo Antunes lembrou que tal como ele, “muitos que acreditam regressaram a este País, quando poderiam colher fama e proveito noutras terras”.

“Também Cavaco Silva quer regressar ao serviço público da sua terra, saindo da vida confortável da academia, decidido a meter, novamente, mãos à obra. Mãos à obra, meus caros amigos, é o que nos espera a todos”, disse o Mandatário Nacional da Candidatura de Cavaco Silva e acrescentou:

“A mensagem insistente do nosso candidato é a recusa à resignação. Ele não se resigna e nós também não”.

No comício, o Mandatário Distrital, Prof. Valente de Oliveira sublinhou a importância e o significado de uma vitória já no próximo dia 22 de Janeiro. Segundo as suas palavras, Cavaco à primeira significa que as pessoas querem realmente ver o Prof. Cavaco Silva na Presidência da República.

## Campanha no distrito de Viana do Castelo

«O País não resolve os seus

problemas quando muda com frequência de Governo ou de ministros».

Cavaco Silva iniciou, em Arcos de Valdevez, o dia de campanha no distrito de Viana do Castelo com a reafirmação de que é um defensor da estabilidade política e “quer que o Governo governe bem, não apenas para alguns mas para todos”.

“Quero dizer muito claramente aqui no Alto Minho: farei todos os possíveis para que o nosso Governo, que foi escolhido livremente há menos de um ano, possa completar o seu mandato”, disse Cavaco Silva, no almoço com apoiantes em Arcos de Valdevez e acrescentou:

“O País não resolve os seus problemas quando muda com frequência de Governo ou anda a mudar com frequência de ministros”.

Como na véspera, no comício do Coliseu do Porto, Cavaco Silva agradeceu a grande mobilização das gentes do Norte e lembrou que esta movimentação do povo simples que vem para a rua é um sinal positivo de que a sua Candidatura é “verdadeiramente nacional”.

“Milhares e milhares de pessoas aparecem nas ruas dizendo inequivocamente aquele que querem no próximo dia 22 para o nosso País”, referiu Cavaco Silva lembrando que Portugal precisa “de um Presidente honesto, vertical e que defenda acima de tudo o interesse nacional”.



\*  
“Considero importante que cada português conheça bem os candidatos. Sei que Portugal pode vencer e, por isso, tenho isso escrito num dos meus cartazes”, disse Cavaco Silva em Ponte de Lima numa visita que contou com a presença do líder do CDS-PP, Ribeiro.

Cavaco Silva falava durante uma passagem pela Adega Cooperativa de Ponte de Lima e aproveitou para lembrar o seu contributo, enquanto foi Primeiro-Ministro, para o desenvolvimento da região, nomeadamente, as mediadas tomadas para fomentar o turismo de habitação e a comercialização do vinho verde.

Agora, Cavaco Silva elogiou o património de Ponte de Lima e apelou a todos os apoiantes da sua candidatura para que apesar do clima de euforia e entusiasmo não desmobilizem porque, “só na manhã das eleições, quando abrirem as urnas, receberei os primeiros votos dos portugueses”.

O Presidente da Cooperativa de Ponte de Lima ofereceu uma garrafa de espumante a Cavaco Silva e formulou votos para que fosse aberta no dia em que ganhar as eleições.

Cavaco Silva prometeu satisfazer o pedido e, por entre aplausos e gritos de Cavaco à primeira, agradeceu a presença das “gentes de Ponte de Lima”, e do presidente da Câmara Municipal, Daniel Campelo.

Em declarações aos jornalistas,

Cavaco Silva sublinhou a satisfação por contar com a presença do líder do CDS-PP, Ribeiro e Castro, recordando que não está na sua maneira de ser secundizar as forças políticas.

“Não posso deixar de sublinhar que o CDS tomou a decisão formal de me apoiar em nome do interesse nacional e não do interesse partidário”, referiu Cavaco Silva.

O líder do CDS-PP, Ribeiro e Castro reafirmou que é “um apoiante convicto da Candidatura do Prof. Cavaco Silva e, portanto, as pessoas vem bater a porta errada quando procuram pôr-me a alimentar conflitos artificiais”.

**No Distrito de Leiria:  
No maior jantar comício  
de sempre - mais de 4.000  
pessoas - Cavaco Silva  
orgulhoso com apoio do  
PSD**

Aníbal Cavaco Silva afirmou, em Pombal, no início da sua volta pelo Distrito de Leiria, ter “muito orgulho” no apoio do PSD, e agradeceu aos dirigentes social-democratas e democratas-cristãos por respeitarem “integralmente” a sua vontade de ter uma candidatura “pessoal”.

“Tenho muito orgulho em ter o PSD a apoiar-me”, afirmou Cavaco Silva, em declarações aos jornalistas, no início de um jantar com mais de quatro mil pessoas em Pombal e onde teve pela primeira vez, ao seu lado, o líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes.

Cavaco Silva, que recebeu o apoio formal do PSD e do CDS, agradeceu ainda a forma como os dois partidos encararam a sua decisão de se apresentar a título pessoal.

“Fico muito satisfeito quando o partido onde nasci para a vida política, o PSD, toma a decisão de me apoiar sem pedir nada, mas rigorosamente nada, em troca”, referiu, associando também o CDS aos seus agradecimentos.

No seu discurso, Cavaco Silva sublinhou a natureza suprapartidária da sua candidatura.

“Sou um candidato independente de partidos, apresento-me a título pessoal, mas benefício do apoio do Partido Social-Democrata e do CDS. Sou social-democrata e tenho muito orgulho nisso”, disse.

Cavaco Silva reiterou ainda o agradecimento aos dois partidos, pela atitude que têm demonstrado em relação à sua candidatura: “Os partidos reconheceram que a melhor forma de servir o país era apresentar uma candidatura a título pessoal e têm respeitado integralmente isso”.

“Não posso deixar de agradecer

a sabedoria demonstrada pelos dirigentes partidários que me apoiam por perceberem que esta é a melhor forma de um Presidente ajudar o país a vencer as dificuldades”, acrescentou.

Antes, aos jornalistas, e referindo-se à “estreia” do líder do PSD na sua campanha, Cavaco Silva tinha já dito que todos os portugueses que se juntam a si, são bem-vindos.

“Todos os portugueses que se juntam a mim são bem-vindos. Não são os candidatos que escolhem quem o apoia, cada um dos cidadãos é que escolhe o candidato que merece o seu apoio”, disse.

Questionado sobre se Marques Mendes irá surgir novamente ao seu lado até ao fim da campanha eleitoral, o candidato apoiado pelo PSD e pelo CDS-PP disse não saber, já que isso depende “sempre da disponibilidade dos políticos”.

“Se for possível ele aparecer, será muito bem-vindo”, garantiu.

Além de Marques Mendes, que também não esclareceu se voltará à campanha, participaram ainda no jantar, o maior da “volta” de Cavaco Silva até agora, o secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, e o secretário-geral do CDS.

**Fontes:**

**Lusa, Gab. Candidatura**

**Fotos:**

**Lusa, Gab. Candidatura**

# A preservação da presença portuguesa no estrangeiro

Eduardo Neves Moreira (\*)

A partir do ciclo dos descobrimentos, a emigração portuguesa tem sido um dos maiores contributos para a promoção da nossa cultura, da nossa língua e dos nossos costumes em todas as partidas do Mundo. Foi através da emigração que Portugal veio a constituir o seu império ultramarino, hoje diluído em termos políticos, porém mantido sob o aspecto cultural através da sua presença em todas as novas nações que surgiram, criando laços marcantes com as populações dos demais países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em outras nações, nas Américas, na Europa, na África, na Ásia e na Oceânia, as comunidades portuguesas têm vindo a constituir importantes elos de relacionamento e de divulgação da nossa língua e da nossa cultura junto a essas civilizações.

Na actualidade e em decorrência da evolução dos mandamentos jurídicos e constitucionais que regem a nação portuguesa, consideram-se portugueses não só cidadãos que nascem no território português, como também todos os seus filhos onde quer que tenham nascido, gozando integralmente dos mesmos direitos que são atribuídos a seus pais e criando uma nova imagem e uma dimensão mais alargada da nacionalidade.

Acontece que em muitos desses países onde a presença portuguesa se tem feito sentir através dos séculos, tem se verificado um acentuado decréscimo da emigração, fenómeno que em alguns



casos já ocorre há décadas, criando dificuldades crescentes para o preenchimento dos quadros associativos e dirigentes dessas sociedades. Isso, somado à necessidade de manter-se o espírito lusófono nessas terras, leva-nos a afirmar que os luso-descendentes, certamente, serão a esperança de continuidade dessa presença e eles se sentirão muito mais envolvidos quanto mais estiverem ligados à Pátria de seus pais, o que, de modo especial, pode ser obtido pela detenção da nacionalidade portuguesa que legalmente lhes é assegurada.

Apesar disso, continua sendo bastante moroso e demasiadamente burocrático o processo de aquisição de nacionalidade aos luso-descendentes, verificando-se uma série de dificuldades na sua formulação, passando por imensas filas de atendimento, marcações para formação do processo e crescentes exigências que estão dificultando seriamente os interessados em obter esse reconhecimento tão importante para assegurar a continuidade da presença portuguesa nos países de acolhimento.

Ao mesmo tempo, as dificuldades prosseguem, com o elevado valor das taxas e dos emolumentos consulares que muitos não podem pagar e constituem um fator desestimulante para a obtenção da nacionalidade portuguesa aos filhos dos emigrantes. Será que não vale a pena trocar alguns milhares de euros arrecadados nesses processos, pelo estímulo a concessão da nacionalidade aos seus filhos, concedendo-se isenção dessas taxas e emolumentos consulares incidentes sobre tais processos, garantindo, em consequência, a presença portuguesa e a manutenção do imenso património associativo, físico e cultural, que os seus antepassados souberam construir e legar?

O governo e os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República devem reflectir sobre o assunto e tomar as medidas adequadas para garantir uma política condizente com a História e a universalidade lusíadas, factores preponderantes de afirmação da nação portuguesa.

**(\*) - Ex-Deputado do PSD pelo Círculo de Fora da Europa e Ex-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil**





## Intervenção sobre o acordo entre Portugal e Espanha para a Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica

*Deputado Carlos Páscoa*

*Assembleia da República, 13 de Janeiro de 2006*



(...)

A Proposta de Resolução agora analisada é o corolário do Acordo assinado no dia 1 de Outubro de 2004, pelo Ministro das Actividades Económicas e do Trabalho de Portugal e pelo Ministro da Indústria, Comércio e Turismo de Espanha, no âmbito da XX Cimeira Luso-Espanhola.

O Acordo contido na Proposta de Resolução 26/X/1ª, encontra-se estruturado em seis partes, a saber:

- Parte I – Disposições Gerais;
- Parte II – Disposições Específicas;
- Parte III – Mecanismos de regulação, consulta, supervisão e gestão;
- Parte IV – Autorização e

inscrição dos Agentes e Garantia de Abastecimento;

- Parte V – Infrações, Sanções e Jurisdição Competente;

- Parte VI – Disposições Finais

No âmbito da parte das “Disposições Gerais”, deve realçar-se, que o Mercado Ibérico da Energia Eléctrica (MIBEL) é “formado pelo conjunto dos mercados organizados e não organizados nos quais se realizam transacções ou contratos de energia eléctrica e se negociam instrumentos financeiros que têm como referência essa mesma energia, bem como por outros que venham a ser acordados”, sendo reconhecido por ambas as Partes como um mercado único, no qual todos os agentes terão igualdade de direitos e obrigações.

As Partes comprometem-se, no artigo referente aos “Princípios Orientadores”, a promover, no âmbito do MIBEL, a transparência, livre concorrência, objectividade e liquidez, auto-financiamento e auto-organização dos mercados.

Na Parte II do Acordo, salienta-se a Criação de um Operador do Mercado Ibérico que, após dois anos de funcionamento do MIBEL, deverá absorver o Operador do Mercado Ibérico pólo Português e o Operador

do Mercado Ibérico pólo Espanhol.

O Acordo prevê ainda a harmonização das estruturas tarifárias, mediante os acordos que as partes entendam como necessários, devendo as Partes, para tal, no prazo máximo de um ano a partir da entrada em funcionamento do MIBEL, desenvolver um plano que leve a essa harmonização.

No que respeita aos Mecanismos de Regulação, consulta, supervisão e gestão, Parte III, o Acordo prevê a criação de um mecanismo de supervisão do MIBEL, constituído por parte de Portugal, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM), e por parte de Espanha, a Comissão Nacional de Energia (CNE) e a Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CNMV).

As partes prevêem a criação de um Comité de Gestão Técnica e Económica do MIBEL, integrado por representantes dos operadores dos sistemas e dos mercados a fim de gerir a comunicação e o fluxo de informação necessários entre os vários operadores, assim como facilitar a gestão corrente das suas actividades.

No referente à Parte IV do Acordo,

estão previstos os procedimentos administrativos de autorização e de inscrição de agentes.

Na Parte V do Acordo prevêem-se, entre outros, as infrações relativas à violação das regras do MIBEL e respectivas sanções. Estas serão definidas na legislação interna de cada uma das Partes, respeitando, no entanto as disposições definidas no Acordo.

O Acordo define ainda o Procedimento Sancionatório e Jurisdição Competente.

Por último, na Parte VI – Disposições finais, prevê-se a criação de uma Comissão de Acompanhamento, com vista à resolução de divergências relativas à interpretação do Acordo em análise. O Acordo possibilita a celebração de Protocolos Adicionais.

O Acordo entrará em vigor na data da recepção da última notificação de que foram cumpridos os requisitos de direito interno de ambas as Partes necessárias para o efeito, de onde decorre, naturalmente, não só o presente relatório, como a ratificação do Acordo pela Assembleia da República, através da Proposta de Resolução 26/X/1ª.

(...)

## Intervenção sobre o Mercado Ibérico da Energia Eléctrica (MIBEL)

*Deputado Carlos Poço*

*Assembleia da República, 13 Janeiro de 2006*



(...)

O Governo apresenta à Assembleia da República a proposta de Resolução nº 26/X para ratificar o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela a 1 de Outubro de 2004 pelo Governo PSD - CDS/PP.

Este acordo permite criar um mercado de electricidade comum a

Portugal e a Espanha e constituirá seguramente um marco na construção do Mercado Interno da Energia na União Europeia e a aplicação das Disposições da Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 sobre normas Comuns para o Mercado Interno da Electricidade favorecendo o intercâmbio e a concorrência entre as empresas do sector.

Os primeiros passos formais para se chegar a este Acordo foram dados em 1998 através de um Memorando de Acordo e em 2001 através de um Protocolo de Colaboração entre as Administrações Espanhola e Portuguesa em que se estabeleceram condições para a criação do Mercado da Electricidade.

Em 20 de Janeiro de 2004 é assinado em Lisboa um Acordo para a Constituição do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica.

A 1 de Outubro de 2004 é assinado em Santiago de Compostela o Acordo para a Constituição de Um Mercado

Ibérico da Energia Eléctrica.

Congratulamo-nos com o facto do Governo apresentar este Acordo para ratificação, que é um passo, embora formal, fundamental para demonstrar que o Governo anterior e o actual estão de acordo quanto à sua importância para Portugal, até porque o Congresso dos Deputados em Espanha já o fez há algum tempo. Temos consciência das dificuldades de implementação e de concretização do MIBEL que encontra as mais diversas barreiras ao contrariar muitos interesses instalados. Confiamos que o Governo tudo tem feito e continuará a fazer para ultrapassar os obstáculos existentes.

O MIBEL ao integrar os sistemas eléctricos da Península Ibérica e ao colocar os agentes do sector a operar num mercado comum de 53 milhões de consumidores em livre concorrência, em condições de igualdade, transparência e objectividade, beneficiará em primeiro lugar estes consumidores e

em segundo as empresas operadoras onde todos terão igualdade de direitos e obrigações.

Maior mercado e mais concorrência significarão seguramente melhores condições para os consumidores que se traduzirá em melhores preços e melhor qualidade do serviço prestado. Dará um contributo à melhoria da competitividade das empresas portuguesas.

Tratando-se de um **Acordo do maior interesse para Portugal**, para os operadores do sector de electricidade e **permitir melhorar as condições de fornecimento e qualidade para os consumidores portugueses** e ainda contribuir para a melhoria da competitividade das empresas, o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com esta iniciativa do Governo e por isso votará naturalmente a favor da Ratificação do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica.



## Intervenção sobre as medidas de protecção da Orla Costeira.

*Deputado Luís Carloto Marques  
Assembleia da República, 11 de Janeiro/06*

(...)

A Assembleia da República debate o projecto de lei nº 133/X que estabelece medidas para a protecção da orla costeira de autoria do Partido Socialista.

Confesso que, após a primeira leitura que fiz do projecto de lei, fiquei com a sensação de que lhe tinham sido retirados artigos e alíneas. Teria acontecido algum problema informático. O texto poderia ter sido, por exemplo, atacado por um vírus e desvirtuado o seu conteúdo. Mas não, o preâmbulo que anuncia “medidas de protecção da orla costeira” pretende apenas isto.

Que todas as areias retiradas a 1 quilómetro da linha de costa, entendam-se a montante e a jusante, têm que ser destinadas “a recarga de areias nas praias” e só podem ser retiradas da manutenção dos canais de navegação.

Trata-se pois de uma medida avulsa. Também não é novidade. O programa do governo trata esta matéria apenas com medidas de mercearia.

Avulsa, mas sublinhe-se, com fundamento. Reportando-nos ao rio Douro, estima-se que em 1950 transportasse até à foz cerca de 2 milhões de toneladas de areias, calculando-se que chegam neste momento à foz do rio apenas 250 mil toneladas, ou seja, cerca de 10 por cento. Esta diminuição do

transporte de sedimentos está inevitavelmente ligada aos aproveitamentos hidráulicos e tem consequências sérias no litoral, como repetidamente temos observado, nomeadamente na instabilidade das arribas, na destruição das habitações, campos agrícolas e alguns ecossistemas relevantes.

Os Senhores Deputados do Partido Socialista, para prepararem este projecto de lei, devem ter efectuado uma viagem aos 950 Quilómetros da nossa costa, tendo escolhido o equinócio de Setembro numa altura de preia-mar. Muniram-se de alguns equipamentos para ver as batimétricas do mar, mas a grande e quase exclusiva preocupação foi o avanço ou o recuo da linha do mar. Esqueceram-se que vivem no litoral cerca de 70% da população e é gerado cerca de 80% do PIB nacional. Não anotaram que existem uma série de entidades com competências sobre a sua gestão, sendo necessário promover uma gestão integrada do Oceano e do Litoral enquadrada numa estrutura institucional, moderna e transversal que articule acções de protecção, de valorização e de gestão, nomeadamente através da criação de um Instituto do Litoral.

Parecem desconhecer que é

necessário elaborar uma estratégia nacional de gestão integrada das zonas costeiras, a Lei de Bases do Litoral e uma carta de sensibilidades da costa portuguesa. De que é necessário prosseguir a requalificação e valorização do litoral no quadro das intervenções previstas nos POOC, desconhecendo-se qualquer desenvolvimento do plano de intervenções prioritárias no litoral, elaborado pelo XVI governo e que identificava 37 actuações prioritárias na nossa costa.

Parecem desconhecer que a orla costeira tem tanta importância a nível económico, social e ambiental, que está incluída na agenda 21, aprovada em 1992 na Cimeira da Terra e que figura nos 5º e 6º programas de política e acção comunitária em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável da União Europeia e ainda na Estratégia Europeia para a gestão integrada da zona costeira.

No mergulho subaquático que efectuaram não ficaram sensibilizados com a biodiversidade subaquática, com a extraordinária beleza dos fundos marinhos e que é necessário aplicar no ambiente marinho a rede natura 2000 e definir uma rede de áreas protegidas marinhas, garante de biodiversidade, mas também uma oportunidade para o do turismo subaquático.



No fim da viagem, reunidos com o Senhor Ministro do Ambiente, entregaram-lhe as conclusões, onde consta que o Litoral é para ser entregue à Parque Expo.

As renaturalizações, nomeadamente as demolições de construções clandestinas, só se vão efectuar lá para ano de 2007, a um ritmo lento, quando o Plano da Orla Costeira Vilamoura/Vila Real de Santo António, de Junho de 2005, previa que as demolições teriam que se iniciar passados três meses e deveriam estar terminadas passados três anos.

A fase final das demolições, medida essencial para a renaturalização da ilhas barreira da Ria Formosa acontecerá lá para o ano 2010, de acordo com afirmações do Senhor Ministro do Ambiente, após ter assistido à demolição de três apoios de praia degradados e desactivados.

## Intervenção sobre medidas de protecção da Orla Costeira

*Deputado Pignatelli Queiroz,  
Assembleia da República, 11 de Janeiro de 2006*

(...)

Atendendo a que o conteúdo da iniciativa que acaba de aqui nos apresentar se reveste de inequívoco interesse para a restauração da qualidade indispensável dos ecossistemas dunares e, mais propriamente, das praias que bordejam a nossa orla costeira e que, indubitavelmente, em muitos casos, têm vindo a perder matéria sólida e, com isso, a descaracterizar-se e, até mesmo nalguns casos, a pôr em risco, pessoas, bens e outras manifestações naturais ou humanizadas, como é o caso de alguns biótipos costeiros e, até, de alguma agricultura que se desenvolve próximo do mar e da costa... Por estas razões, dizia eu, este Grupo Parlamentar não obstaculizará ao sucesso da iniciativa legislativa que V. Exa. vem de nos apresentar.

Contudo - e reportando-me objectivamente ao texto do Projecto de Lei em apreciação - não deixaria de lhe colocar uma questão, aliás de mera lógica, decorrente de uma leitura

mais atenta do Projecto.

O nº 1 do artigo 2º estatui, *ipsis verbis*, que “a extracção de areias, quando efectuada a 1 Km de distância da linha da costa tem que - e sublinho este “tem que” - destinar-se a recargas de areia nas praias”.

... A questão que humildemente lhe coloco é, tão-simplesmente, a seguinte: E se, acaso, as praias da região não necessitarem de mais recargas de areia para sua protecção?... Não poderemos, então, afectar essa areia a outro destino igualmente útil?... É, no seu entendimento, proibido fazê-lo na hipótese que acabo de lhe apresentar?...

Mas, por outro lado - e uma vez que estamos em sede de um debate sobre a protecção do litoral -, gostaria, de lhe colocar a seguinte questão:

Dada a necessidade imperiosa e cada vez mais urgente de intervir seriamente e a nível nacional na protecção do litoral, o último Governo - da coligação PSD/CDS-PP - procedeu a um levantamento a

que designou como Plano de Intervenções Prioritárias no Litoral, com base no qual identificou 37 acções prioritárias e urgentes no Litoral, tendo, para tanto, provisionado no Orçamento de Estado para 2005 o capítulo de Investimentos do ICN e do INAG com mais de € 50 milhões.

Tendo em conta que, tanto o ICN, como o INAG são entidades inequivocamente dotadas da indispensável competência técnica para este tipo de actuações e tomando em conta os recentes anúncios das medidas preconizadas pelo Governo, através do Ministério do Ambiente, para a protecção do litoral, pergunto-lhe, Sr. Deputado:

Concorda o seu Grupo Parlamentar com a ignorância absoluta a que o actual Governo votou as intervenções identificadas pelo anterior Governo e de indispensabilidade e urgência inquestionáveis para a protecção do litoral, de pessoas e de bens?

Que tem o Sr. Deputado a dizer a

propósito do autêntico “coelho” que o Sr. Ministro do Ambiente sacou da “cartola”, ao anunciar que ia envolver directamente a Parque EXPO na protecção do litoral?

Acha o Sr. Deputado que a Parque EXPO tem, alguma vez, competência para - além de, bem-entendido, ajardinar margens de rios em cenário citadino - atender a problemas tão sérios e exigentes como os que se prendem com a defesa da nossa costa?





## Intervenção sobre as medidas de Protecção da Orla Costeira

Deputado José Mendes Bota

Assembleia da República, 11 de Janeiro de 2006



(...)

Sobre o vertente Projecto de Lei, dedicado à protecção da orla costeira, estamos de acordo com o diagnóstico, partilhámos a preocupação, aconselhamos moderação e registamos a contradição.

Falemos do diagnóstico. Portos e marinas, esporões, paredões e outras intervenções duras e betonadas, protegeram de uns lados o que passou a faltar noutros;

Um total desordenamento

urbanístico do litoral, com ocupações humanas, lícitas ou ilícitas;

A multiplicação de barragens, com o amortecimento das capacidades naturais de transporte de detritos aluviários;

As alterações climáticas, a provocar a elevação do nível das águas do mar;

E uma actividade de extracção de inertes subjugada a uma lógica de financiamento de institutos públicos, deu o toque final num caldo de vulnerabilização da orla costeira portuguesa.

Mas aconselhamos prudência nas medidas agora propostas, pois que a realidade costeira de Portugal não é uniforme, e não se pode aplicar o mesmo remédio em situações diferentes, nem ignorar os seus impactos colaterais.

Falamos, designadamente, de toda uma indústria de construção civil que não pode, nem deve, de um dia para o outro, ver-se privada da totalidade de um material chamado areia, tendo que aprovisionar-se a longas distâncias, com o inerente agravamento de custos.

Esta é uma situação que penaliza bastante uma região como o Algarve, por

exemplo. Seria bom que, em sede de Comissão, fosse introduzido um mecanismo que garantisse uma parte das areias para o sector económico, já para não falar das situações excedentárias das operações de recarga das praias.

Finalmente, registamos a contradição. Ao mesmo tempo que o Partido Socialista apresenta este Projecto de Lei, preocupado em defender a orla costeira;

Ao mesmo tempo que o programa do actual governo, e cito, diz expressamente que *“no que se refere especificamente ao Litoral, será desenvolvida uma política integrada e coordenada para as zonas costeiras, em articulação com a política para o Mar, que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística. Por outro lado, serão intensificadas as medidas de salvaguarda de riscos naturais na faixa costeira”*. Fim de citação.

É esse mesmo governo, deste mesmo Partido Socialista, quem se prepara para, nos próximos dias, consumir a assinatura de um contrato com um grupo económico liderado pela Repsol, para a prospecção e exploração de petróleo em zonas fronteiras e próximas da Reserva

Natural da Ria Formosa, de Faro até Vila Real de Santo António, colocando em risco um eco-sistema único em toda a Europa, e toda uma indústria turística algarvia que é o verdadeiro petróleo do país, porque ninguém pode garantir que não existem riscos de um desastre ambiental.

E tudo isto, numa semi-clandestinidade, à revelia de toda a região e das suas instituições, à revelia desta Assembleia, sem se conhecerem as garantias nem as contrapartidas financeiras, nem os estudos de impacto ambiental, nem as análises de custo-benefício, se é que existem. Foi ontem prometido, pelo Ministro da Economia, uma resposta a todas as nossas perguntas. O que se exige é que, até tudo ser esclarecido, claro e transparente, não se pratique a técnica do facto consumado, e não se assine um contrato que vincula o país por 55 anos. Se a opção for no sentido de poluir o litoral, com refinarias e plataformas de exploração de petróleo, todo este esforço para proteger a orla costeira terá sido em vão!

## Intervenção sobre a política cultural do governo socialista

Deputada Zita Seabra

Assembleia da República, 11 de Janeiro de 2006

(...)

Há cerca de 10 meses no Governo, o Governo do PS tem prosseguido uma política de cultura que prima pela originalidade. O seu traço mais característico é a inexistência de uma política cultural, ou dizendo melhor, o Governo tem à frente do Ministério da Cultura uma equipa que não tem a mínima ideia do que já fez no ministério, do que está a fazer e do que vai fazer no futuro. Perdão. Estou provavelmente a ser injusta para com a senhora Ministra porque há uma área em que a sua acção tem sido inexcusable: Isabel Pires de Lima tem sido inexcusable a demitir pessoas e a nomear outras da sua confiança, ou melhor, da sua cor política.

(...)

Não é exagero, pois, afirmar que, em matéria de política cultural, a Ministra tem tido um intenso labor, direi mesmo que tem esgotado a sua actividade nas nomeações dos directores e vice-directores dos organismos que tutela.

Poder-se-á, porém, afirmar que se resolveram dois dos problemas que se arrastavam na cultura: a situação na Casa da Música e o caso da colecção Berardo. Mas, como todos sabemos, para haver um desfecho em qualquer destes dois casos foi necessária uma intervenção directa do Primeiro-Ministro que, de forma visível e afrontosa, passou por cima, ignorou, desautorizou a sua Ministra da Cultura.

O PSD desconhece as condições

negociadas e aceites pelo Primeiro-Ministro no que respeita à colecção Berardo. É certo que considero que o CCB é inquestionavelmente um local ideal para a colecção. Mas, como todos sabemos, a questão não era essa e por isso será importante saber o que foi acordado entre as partes, quais os compromissos assumidos, nomeadamente em relação à gestão da colecção, à direcção da sua instalação, à forma jurídica encontrada — depósito das obras ou doação —, despesas de colocação e conservação da colecção, direcção artística e financeira, etc..

Sendo certo que é louvável que um empresário português, como já alguém disse, colecione obras de arte em vez de Ferraris e que esse facto não pode deixar de ser acarinhado pelo Estado para que a sua colecção fique em Portugal, não prescindimos do nosso direito de saber como e em que conteúdo o ultimato foi aceite pelo senhor Primeiro-Ministro..

No que respeita à política cultural, as declarações públicas que, enquanto Ministra, Isabel Pires de Lima tem produzido são curiosas porque nelas se misturam o não saber o que há-de dizer sobre cada sector de que é responsável, com a ingénua confissão de que efectivamente não tem nada a dizer e que não sabe o que vai fazer. A entrevista que deu recentemente ao jornal «Expresso» é um exemplo eloquente desta minha afirmação. Digo mais:

quando a Ministra conjectura sobre o futuro diz tais absurdos que mais valia o seu silêncio.

(...)

A preservação do património tem que ser inevitavelmente um dos traços essenciais de uma política cultural em Portugal, por tudo (cultura, história, identidade, mas também pelo turismo que queremos atrair). No entanto, sabe-se que, para garantir uma política de património, é necessário juntar aos magros recursos nacionais o financiamento das empresas, do sector privado.

O mecenato, parcerias, contrapartidas, tudo isto tem sido incrementado pela Europa e não é necessário inventar nada mas apenas escolher o que de melhor e mais eficaz se tem feito neste domínio.

O que sobre isto nos diz a senhora Ministra da Cultura dez meses depois de estar na pasta merece ser citado com rigor. À pergunta do jornalista do «Expresso», cito: «Há um rumo delineando para atrair a participação de privados?» A senhora Ministra responde: «Os privados é que têm que delinear um rumo.» Aí está! Os privados que definam o rumo do seu Ministério. Não se acredita!

À questão «o que impede o Ministério de apresentar uma nova lei [do Mecenato]» a Ministra da Cultura responde, cito: «Provavelmente o Ministério das Finanças.» Provavelmente! Ela não tem a certeza! Talvez!

Lamentavelmente a política cultural deste Governo transformou-se numa espécie de sobressalto. Estamos face a um ministério da cultura paralisado, a uma Ministra desautorizada publicamente, limitando-se a uma política de demissões e nomeações inadmissível, atentatória da dignidade das pessoas, uma Ministra que não sabe onde está nem para onde vai. Estamos perante organismos e instituições da cultura paralisados e dos seus responsáveis desmotivados sem projectos nem perspectivas.

A cultura aguarda a próxima remodelação ministerial.

Desta Ministra o traço que vai ficar e sua assinatura, aquilo que a fará ser recordada é o embargo do Túnel de Ceuta no Porto. No túnel empenhou-se seriamente e tenho a certeza que os portugueses não a esquecerão tão depressa. Do resto, não vai rezar a história. Infelizmente.





## Intervenção sobre o número de alunos por turma

*Deputado Emídio Guerreiro*

*Assembleia da República, 11 de Janeiro de 2006*

(...)

A reflexão sobre o número de jovens que devem estar numa sala de aula para melhor potenciar a sua aprendizagem não é uma matéria que se deva desprezar.

O incremento da qualidade do ensino que todos nós reputamos de essencial para a melhoria da qualificação dos portugueses, desígnio esse determinante para os desafios que se colocam e que se colocarão ao nosso país, deve ser uma prioridade de todos, com especiais responsabilidades para quem governa.

(...)

Intervir no sistema educativo, que passa por grandes perturbações e agitação, não deve ser feita de forma isolada.

Como demonstra a história recente e actual, as medidas tomadas sem fio condutor provocam resistências que pela forma como se procura implementar esse tipo de intervenções em nada contribuem para o fim último que é o de através da melhoria de condições para todos os envolvidos no processo educativo atingir um patamar de excelência, do

qual ainda estamos longe.

(...)

Aceitamos que a realidade de hoje possa ser diferente. Mas não temos dados objectivos que concluem que existam condições para que as escolas possam voltar a reduzir o número de alunos por turma.

Contudo, entendemos que o Ministério da Educação pode e deve ter este assunto em permanente avaliação.

Se o objectivo da política educativa é a melhoria continua do processo educativo, este item, não devendo ser tratado de forma isolada, deve estar com os demais itens em permanente equação e deve ser enquadrado na planificação que o Governo faça para este sector.

Temos a noção que esta política de integração de todos os factores que contribuem para a melhoria efectiva da qualidade da educação com vista a promover e melhorar a qualificação dos portugueses não tem sido uma realidade. Assistimos ao lançamento de um conjunto de medidas avulsas, algumas pertinentes e importantes, outras nem tanto, sem fio condutor,



sem a necessária integração.

E o resultado tem sido sistematicamente o mesmo, ou seja agitação, perturbação e desalento em todos os que participam no processo educativo.

Foi assim com o alargamento do horário do 1º ciclo, onde uma ideia interessante foi claramente prejudicada pela forma cega com que se pretendeu impor a todas as escolas, quer estas tivessem ou não condições, levando a que milhares de crianças vissem o seu dia a dia claramente prejudicado.

Foi assim com as aulas de

substituição, onde para não se enfrentar o real problema do absentismo se criou medidas de discriminação negativa para os docentes que cumprem bem o seu papel, desmotivando-os e criando situações vividas em sala que perdurarão no anedotário nacional.

Felizmente temos vindo a assistir a sistemáticos recuos e acertos nas diversas medidas para que se adaptem à realidade das nossas escolas.

Mas até nestas situações resulta claro e evidente que não existe coordenação nem integração nas medidas apresentadas. E este, como se perceberá, não é o caminho correcto e desejado para intervir num sector que necessita de uma abordagem global e não de um conjunto de pequenas parcelas.

Não devemos nunca esquecer que o todo é sempre mais que a soma das partes, e enquanto apenas nos ocuparmos das partes sem intervir no todo, não conseguiremos atingir o **objectivo último que é a melhoria da qualificação dos nossos jovens, dotando-os de competências necessárias para o desenvolvimento do país.**

(...)

### O PSD Pergunta

Requerimento ao Governo

Sobre as dificuldades que o Concelho de Barcelos vive actualmente  
**Deputado Fernando Santos Pereira**

Requerimento ao Governo

Sobre a defesa dos direitos humanos de cidadãos portugueses emigrados nos Estados Unidos da América e no Canadá  
**Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte**

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a construção da nova escola E.B. 2,3 no lugar do casal, na Freguesia de Soalhães  
**Deputados Ricardo Almeida; Agostinho Branquinho**

Requerimento ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento regional

Sobre a situação de conservação do saramugo (*Anaocypris hispânica*)  
**Deputado Luis Carloto Marques**

Requerimento ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a dessalinização no Algarve  
**Deputado José Mendes Bota**

Requerimento ao Ministério da Justiça

Sobre o Tribunal de Família e Menores em Viseu  
**Deputado Melchior Moreira e outros**

Requerimento ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Sobre o futuro da DRATM no quadro da reorganização da Administração Desconcentrada do Estado  
**Deputados Adão Silva; Ricardo Martins**

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a Estrada Nacional nº 229

**Deputado José de Almeida Cesário e outros**

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a Construção do Centro Materno Infantil do Norte (CMIN)

**Deputado Agostinho Branquinho e outros**

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre a possibilidade de extinção de algumas Freguesias, com menos de 1000 eleitores.

**Deputado Mário Albuquerque e outros**

### O PSD Propõe

#### PROJECTO DE LEI N.º 191/X

#### (Lei do Associativismo Jovem)

Exposição de Motivos

O projecto-lei que o Grupo Parlamentar do PSD aqui apresenta visa, em primeira instância, proceder a um tratamento global e sistemático de todas as formas que o associativismo jovem pode revestir, com a intenção de lhes dar um enquadramento unitário que permita uma mais fácil compreensão das regras a cumprir e dos direitos que lhes são conferidos.

Até aqui, as associações de estudantes não eram consideradas, pela lei, como uma forma de associativismo jovem, pois eram reguladas por legislação própria, o que se traduzia na prática por um tratamento algo discriminatório. Ora, muito embora os objectivos das AAEE sejam exclusivos da população estudantil,

# EDITAL

conselho de jurisdição nacional do partido social-democrata  
(1ª Publicação)

**Processo:** 12/2005

Cessação da inscrição no psd (art.9º, nº3 en/psd)  
data: **31 de dezembro de 2005**

**PARTICIPANTE:** comissão política nacional do psd

**INDICIADOS:** Mário Lourenço Gomes

O Senhor Dr. Guilherme Silva, Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD,

Faz saber que nos autos acima identificados, correm éditos de 8 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando:

**INDICIADOS:** O Exmo Senhor Candidato à **Assembleia Municipal de Soure**, Mário Lourenço Gomes, militante nº 47957, residente em Carvalhal da Azoia – Casconho 3130 SOURE com última residência conhecida na morada indicada, para no prazo de oito (8) dias, acrescidos da dilação legal, decorrido que seja o dos éditos, pronunciar-se, querendo, sobre os factos referidos pela participante e que consiste na imputação da infracção prevista no artº 9, nº 3 dos Estatutos do Partido Social Democrata – integração na lista de candidatura às Eleições Autárquicas de 9 de Outubro de 2005, concorrente da Lista apresentada pelo PPD/PSD -.

Passei o presente e mais dois de igual teor para serem afixados.

Guilherme Silva  
O Presidente do CJN/PSD

*Notas:*

- *Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste Processo.*
- *Qualquer consulta ao processo supra poderá ser feita pelo próprio junto do secretariado do CJN/PSD, sito Rua de São Caetano, nº9, Lisboa, telefone 213918530, dentro do horário de expediente.*



## ALGUALVA-CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Aqualva-Cacém, para uma Assembleia de militantes a realizar no próximo dia 22 de Fevereiro de 2006, pelas 21h00, na sede da secção, sita na Av. dos Bons Amigos, nº 37 – 1º C, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas concorrentes aos diversos órgãos deverão ser entregues em duplicado até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supracitada;

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

## ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Elvas para reunir no próximo dia **18 de Fevereiro de 2006** no Hotel D. Luís em Elvas, pelas 21,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações, análise da situação política e aprovação das actas anteriores.

2- Eleições para os órgãos locais (Mesa da Assembleia e Comissão Política)

Notas:

a) As urnas estarão abertas a partir das 21,30 horas e até às 23,30 horas.

b) As candidaturas deverão ser entregues até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

Nota de Redacção: devido a um erro de serviço, pedimos as nossas sinceras desculpas por não ter sido publicada a respectiva convocatória que marcava a plenário para o dia 10 de Fevereiro.

## GANDOMAR

Nos termos dos Estatutos

Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir ordinariamente no próximo dia 27 de Janeiro de 2006, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do plano de actividade e orçamento para 2006;
2. Análise da situação política.

## SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, artigo 51º, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém para reunir no próximo dia 27 de Janeiro de 2006, pelas 21h00, na sede distrital, sita na Calçada Mem Martins, nº 10, em Santarém, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política Nacional

## RIO DE JANEIRO (BRASIL)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção do Rio de Janeiro, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2006, entre as 17h30 e as 19h30, na Rua Evaristo da Veiga, nº sala 709, no Centro Rio de Janeiro, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As listas concorrentes deverão ser apresentadas nesse mesmo endereço até às 48h00 antes do início da votação.

## VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção do PSD de Vila de Rei para uma reunião a realizar no próximo dia 5 de

Fevereiro de 2006, pelas 14h00, na sede do PSD de Vila de Rei, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Eleição dos Delegados ao IIIº Congresso Nacional dos Autarcas Social Democratas;
3. Outros assuntos.

## VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes da Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária no dia 17 de Fevereiro de 2006, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2005;
2. Apresentação e aprovação do orçamento para o ano de 2006;
3. Análise e discussão da situação política.

## VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para uma reunião ordinária, no próximo dia 27 de Janeiro de 2006, pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, em Viseu, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação político-partidária.



## DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco Conselho Distrital da Juventude Social Democrata do Porto para o próximo

dia 04 (quatro) de Fevereiro de 2006, pelas 17h00 (Dezassete horas) no Auditório Municipal Professora Emília Monteiro, sito na travessa dos Chãos, 4630 – 317 Marco de Canavezes, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Um – Informações
- Ponto Dois – Análise da Situação Política
- Ponto Três – Outros Assuntos

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Daniel Jorge Martins Fangueiro)

## AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção da Amadora da JSD para reunir dia 21 de Fevereiro de 2006, pelas 21 horas na Sede da Secção da Amadora do PSD, sita na Av.ª 11 de Setembro de 1979, loja 16 A, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas devem ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até 3 dias antes do acto eleitoral, na Sede da Secção da Amadora do PSD.

As urnas estarão abertas por um período de 2 horas ( das 21h00 às 23h00 ).

A Presidente da Mesa (Maria José Fonseca)

## PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção a reunir no dia 19 de Janeiro de 2006, pelas 21h30 na Sede do PSD de Paços de Ferreira, sita na Avenida dos Templários, n.º 309, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 – Análise da Situação Política Actual.

O Presidente da Mesa (Paulo Jorge Pacheco)

## O drama do desemprego, as condições sócio-económicas que o favorecem e a necessidade de um Pacto Social para a Competitividade e o Emprego

O Deputado e Secretário-Geral dos TSD, na Assembleia Nacional, teve há dias uma intervenção sobre a situação económica e social de Portugal, com especial atenção ao problema do desemprego. Afirmou Arménio Santos:

Há 11 meses, os portugueses foram chamados a escolher um novo Parlamento e desse modo um novo Governo.

Deram uma maioria confortável ao Partido Socialista para governar e poder cumprir o seu programa.

Os portugueses quiseram dar ao PS condições para uma governação estável e coesa, na esperança de que seria capaz de apontar um rumo e uma estratégia clara, em ordem a recolocar o País nos caminhos do progresso, da criação de riqueza, do emprego, da justiça social, do optimismo perante o futuro.

Era isso que os portugueses desejavam, quer aqueles que votaram no PS quer aqueles que escolheram outros partidos, porque todos somos portugueses e todos queremos o progresso de Portugal.

Mas as expectativas dos portugueses têm sido defraudadas, e o capital de esperança e de confiança que normalmente acompanha um novo governo, foi desbaratado sem glória nem proveito para os portugueses.

Os índices de confiança do País estão muito baixos.

A economia portuguesa, que havia dado sinais de alguma retoma no segundo trimestre de 2005, sofreu uma quebra de 0,9% no trimestre seguinte.

O investimento continua em queda.

E o insuspeito Banco de Portugal já corrigiu ontem em baixa a generalidade dos indicadores do governo para 2006, chumbando as metas governativas para o ano que ainda mal começou:

\_ o crescimento do PIB ficará nos 0,8% e não em 1,1% previsto pelo governo;

\_ as exportações ficam pelos 4% e não pelos 5,7%;

\_ o investimento vai descer 1,1% e não vai subir 1,7%;

\_ a inflação vai subir acima dos 2,3% previstos pelo governo;

\_ os produtos essenciais sobem e o poder de compra das famílias vai continuar a descer.

Portugal está a divergir cada vez mais dos restantes países da UE, em



vez de convergir.

E como consequência deste atraso económico, os portugueses vêm-se confrontados com a situação de desemprego mais difícil dos últimos 20 anos.

Segundo dados do IIEFP, em Outubro de 2005, o desemprego registado em Portugal abrangia 484.730 pessoas e a taxa de desemprego passou de 7,2% no segundo trimestre desse ano, para 7,7% no terceiro trimestre.

\_ Daqueles desempregados, cerca de 50.000 têm curso superior, o que significa que cerca de 10% do desemprego total são licenciados.

Ou seja, o País e as famílias gastam rios de dinheiro na formação de quadros superiores, que depois se arrastam angustiados à procura de uma oportunidade de emprego e sem possibilidades de poderem contribuir para o progresso do seu País.

\_ Dos 484.730 desempregados, cerca de 134 mil têm idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, mais 23,9% do que no 3º trimestre de 2004.

\_ Em termos regionais, o Norte tem a taxa mais elevada de desemprego, 8,8%.

O têxtil, o vestuário, a metalurgia, o calçado, a gráfica e a química, são os sectores mais atingidos pela redução de postos de trabalho.

\_ E a exemplo da década de 70 do século passado, Portugal volta a sentir o fenómeno da emigração, com aldeias do interior a ficarem despovoadas, porque as pessoas que podem trabalhar têm de emigrar, em busca de trabalho e de um ordenado que lhes dê alguma dignidade.

indiferentes ao modelo de desenvolvimento do País.

Tenhamos presente que a convergência da produtividade nacional e do poder de compra dos salários nacionais com a média da União Europeia dos 15, têm também de ser objectivos fundamentais da nossa economia, desafios que não podem ser ganhos sem a participação activa das forças económicas e sociais.

Por isso, matérias como a política de **rendimentos** e partilha dos ganhos de produtividade, o combate à **economia paralela** e à fraude e à evasão fiscais, **formação** e **qualificação** profissionais, **Seg. Higiene e Saúde** no

**Trabalho, Inovação**, política de **emprego e contratação colectiva**, são questões que podem integrar um Pacto Social e que devem ser discutidas e negociadas em sede de concertação social.

Consideramos que é nos momentos de maiores dificuldades, que mais necessário se torna o exercício do diálogo e da concertação social.

O País precisa de uma política laboral participada e com visão de futuro, que tem de assentar no diálogo social, no respeito pelos parceiros sociais e no encontro de compromissos em bases dignas e justas.

É em obediência a estas preocupações e acreditando que a concertação social pode ajudar a abrir caminhos e a gerar um clima mais favorável à captação de investimentos que criem mais riqueza e novos postos de trabalho, que propomos ao governo e lhe deixamos aqui o **desafio**, para valorizar a Concertação Social e avançar com a **negociação de um Pacto Social para a Competitividade e Emprego**.

Da parte do PSD, e ao contrário do que é habitual no PS quando está na oposição, há disponibilidade para assumirmos aqui as nossas responsabilidades políticas face aos compromissos que venham a ser assumidos com os parceiros sociais, porque estamos certos de que quem ganhará com o sucesso da Concertação Social é o País.

E para o PSD, Portugal está sempre em primeiro lugar.

- **Secretariado dos TSD**



# PORTUGAL, CONTA CONNOSCO!



CAVACO SILVA A PRESIDENTE



MARCA DE GERAÇÕES

## As eleições do próximo dia 22 de Janeiro são decisivas para o Futuro de Portugal e dos Portugueses.

O País está mergulhado numa grave crise, da qual só sairá com a prática de políticas acertadas. É por isso importante eleger um Presidente da República que assegure estabilidade política e coopere eficazmente com o Governo no desenvolvimento das mesmas.

No passado dia 28 de Outubro, em Conselho Nacional, a JSD decidiu apoiar a candidatura do Professor Cavaco Silva por entender que é a que melhor serve os interesses nacionais.

A cerca de duas semanas do acto eleitoral a JSD responde ao repto lançado pelo Professor Cavaco Silva aos Portugueses: "Se Portugal precisa de Nós, Pode Contar Connosco!". - JSD

### Daniel Fanguero presente em Iniciativa de apoio à Candidatura Presidencial do Professor Cavaco Silva

No passado dia 9 de Janeiro o Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Daniel Fanguero, esteve em Pombal num Jantar - Comício promovido pela Candidatura do Professor Cavaco Silva à Presidência da República.

O evento contou com a presença de cerca de 4000 pessoas, destacando-se também a presença do Dr. Marques Mendes, Presidente da CPN-PSD, ficando mais uma vez demonstrado o empenho e motivação das estruturas social democratas na eleição do Professor Cavaco Silva para Presidente da República.

"O candidato presidencial Cavaco Silva agradeceu hoje o "colorido" que os jovens têm dado à sua campanha, afirmando que foi a pensar no futuro dos mais novos que decidiu candidatar-se a Belém.

- in Público, 09-01-2006

"A juventude, sem dúvida uma das forças mais decisivas para a construção de um futuro melhor, terá em mim um agente político atento aos seus sonhos e preocupações, empenhado em fazer ouvir a sua voz e em garantir a igualdade de oportunidades."

- Cavaco Silva

# Marques Mendes com Cavaco Silva, em Pombal

Luis Marques Mendes, entrou hoje pela primeira vez na campanha presidencial de Cavaco Silva com um apelo à vitória, logo na primeira volta.

“O país quer que Cavaco Silva seja eleito e quer que seja eleito logo à primeira volta, é também esse o meu apelo”, afirmou Mendes, à chegada a um jantar-comício em Pombal com mais de cinco mil pessoas.

O líder do PSD desvalorizou a sua ausência, até ao momento, afirmando que tudo foi combinado “há várias semanas” com Cavaco Silva.

“Foi neste local, no congresso que me elegeram há quase um ano, que defini a estratégia de apoiarmos uma candidatura presidencial supra-partidária”, afirmou, sublinhando estar em “sintonia total” com a estratégia traçada pelo antigo líder social-democrata.

“É ótimo que todos apareçam na campanha, antes, durante, até dia 20”, disse, sublinhando o seu orgulho de ter “unido todo o partido em torno do professor Cavaco Silva”.

Marques Mendes, que foi acompanhado em Pombal pelo secretário-geral Miguel Macedo, salientou que “o mais importante é a onda de entusiasmo e mobilização” à volta da candidatura presidencial de Cavaco Silva.

Cavaco Silva apresentou-se como candidato a Presidente da República sublinhando a sua independência dos partidos políticos, tendo recebido mais tarde os apoios de PSD e CDS-PP.

Os democratas-cristãos também marcaram presença neste jantar-comício, a través do secretário-geral. Recusando a ideia de estar em Pombal para “marcar” a entrada do líder do PSD na campanha, Borges de Freitas afirmou ter vindo “por iniciativa própria” e sublinhou que estará presente noutras ações de campanha.



Propriedade PSD-Partido Social Democrata

POVO LIVRE

Redação e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213918500 - Fax. 213973168- Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690  
Composição - Direção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA - Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA  
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELUZ - Telef. 214398500 - Fax. 213976967